

CORPO, ESTADO E MILITÂNCIA, OU SOBRE AQUILO QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE COMEÇAR A LER UMA PUTA TEORIA

Tiago Duque¹

Resumo: Este texto discute corpo, Estado e militância em uma perspectiva teórico-política queer. A partir dessa discussão, anuncio pontos de alerta para estudantes interessados em começar a ler e estudar esta perspectiva teórica. Os apresento aqui no sentido de desconstruir críticas que ouvi em diferentes contextos acadêmicos, militantes e/ou governamentais quando me identificavam como alguém que utilizava desse referencial teórico e político.

Palavras chaves: corpo; Estado; militância; Teoria Queer.

A sala estava cheia de técnicos, gestores, pesquisadores, estudantes e militantes ligados ao campo da saúde, especialmente à área de assistência e prevenção às DST/aids do Estado de São Paulo. Foi um evento organizado, há poucos anos, com verba pública, via o Sistema Único de Saúde (SUS). Na programação havia: palestras, mesas de debates, rodas de conversas, exposições de trabalhos científicos e apresentações culturais. Na sala de atividade que me refiro aqui, apesar de ser um tema caro às Ciências Sociais no Brasil,

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do SUL – Campus Pantanal (UFMS-CPAN). Militante do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual. Atuou no Programa Municipal de DST/aids de Campinas/SP. E-mail: tiago.duque@ufms.br

não havia ninguém convidado como expositor que não fosse do campo médico. O segundo a falar usava mais do que o dobro do tempo que era destinado a ele. Antes, outro profissional também tinha feito o mesmo. A mediadora da mesa era uma autoridade do Governo do Estado, que não parecia incomodada com o abuso do uso do tempo. Nesses eventos não é comum alguém em cargo de alto nível de gestão mediar falas em mesas, ainda mais em uma atividade que dividia o tempo com outras que aconteciam simultaneamente, por isso, sabidamente, o que se expunha era algo tido como importante e estratégico para os interesses do Estado, mesmo não se tratando diretamente do tema aids. No final da sua fala, depois de apresentar os processos cirúrgicos para a “criação” de vaginas e pênis em corpos de pessoas diagnosticadas como transexuais, o expositor concluiu os slides – que, até então, mostravam detalhadamente, para horroriza de parte da plateia, cortes, junções, desenhos feitos diretamente sobre a genitália, sangue, veias expostas, inchaços, etc. - com uma foto de casamento, uma mulher de branco e um homem de preto, abençoados por um padre, envoltos por convidados emocionados. O público, inclusive quem presidia a mesa, aplaudiu com sorrisos acolhedores a conclusão da apresentação científica. O último slide projetado na tela enchia a sala com a imagem da “paciente” com o homem amado, ele trazia o seguinte título em destaque: “ressocialização perfeita”.

Início este texto com esse breve relato ilustrativo dos temas que pretendo discutir nas próximas páginas: corpo, Estado e militância. Essa discussão é feita, principalmente, a partir do

referencial teórico/político queer e das minhas memórias como pesquisador, militante e também com experiências no campo governamental.

Muito já foi escrito sobre essa teoria nos últimos anos, tanto fora do Brasil como por pesquisadores brasileiros. Encaro-a como Larissa Pelúcio (2014), isto é, ela é também para mim uma teoria de combate,

um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. Seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (PELÚCIO, 2014, p. 74).

Por isso, o objetivo central aqui é, a partir desses temas, apresentar pontos de alerta para quem está começando a ter contato com esse tipo de referencial, e que tem experiências, ou certo interesse, na arena do movimento social ou, até mesmo, no campo governamental. Ainda que seu foco seja outro, o estritamente teórico, penso que talvez esse texto possa interessar no sentido de pensar inegáveis implicações práticas da teoria que se estuda, independentemente da sua vontade em atuar nessas arenas, mesmo porque, afinal, nós nunca temos controle seguro sobre os fluxos das teorias que nos identificamos, isto é, que lemos ou produzimos.

Corpo: lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade

Pensar o corpo a partir do referencial queer exige ir além da compreensão de um sujeito totalmente autônomo e voluntarista no que se refere às suas experiências de gênero e sexualidade, tampouco tomá-lo a partir de uma ideia de determinismo cultural, pelo qual não se vê saída (ou se reconhecem muito poucas) diante das normas e convenções. Esta análise também se distancia de noções como a ontológica separação entre corpo e mente, pois assim estaria impossibilitada de questionar as relações entre ciência, corpo e sociedade. Concebo o corpo aqui como sujeito de dinâmicas sociais, como lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012). Portanto, parto da noção de corpo como sendo algo construído, mas não apenas disso, é preciso levar em consideração os processos de significação desta construção. Em outras palavras, reconhecer que estes processos de construção dos corpos são constitutivos deles mesmos. Isto é, sigo a reflexão de Judith Butler segundo a qual “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização” (2008, p. 14).

Esses “esquemas reguladores com alto grau de generalização” envolvem, simultaneamente, diferentes contextos sociais (religiosos, científicos, políticos, artísticos, governamentais, não governamentais, midiáticos, públicos, privados e até mesmo dos movimentos sociais). Nesse sentido, para saber o que são os corpos, é preciso atentar para o mundo que eles indicam estar para além

deles mesmos. É imprescindível partir desse movimento que supera os seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo (BUTLER, 2008).

Os aplausos citados no relato do início deste texto indicam muito mais do que um alívio pelo término das imagens das genitálias sujas de sangue em construção, antes, uma identificação da plateia com a ideia de “ressocialização perfeita” da última imagem: enfim, depois da refeitura do corpo, o casamento! A heteronormatividade em seu ápice: juntos, abençoados, monogâmicos e felizes para sempre. Valor tão legitimado socialmente que perpassas experiências científicas, culturais, políticas e amorosas de diferentes pessoas, inclusive daquelas presentes no referido evento, com devido apoio estatal. Essa aceitabilidade de parte do discurso científico sobre, nesse caso, a transexualidade abençoada, heterossexual, monogâmica e para sempre, revela as expectativas daquele público sobre o que Butler (2003) identificou como matriz de inteligibilidade, isto é, “sexo” biológico masculino = gênero masculino = desejo pelo sexo oposto–feminino / “sexo” biológico feminino = gênero feminino = desejo pelo sexo oposto–masculino. Em outras palavras, a identificação com aquilo que está dado como norma, como legítimo, e, até por isso, que se tem como referencial para os processos que deslegitimam, não reconhecem, desqualificam e desumanizam tantos sujeitos, inclusive, transexuais (como os que não correspondem ao perfil dos que buscam ou tem acesso aos processos cirúrgicos de construção dos genitais, ao casamento e a monogâmia).

Estado: para além das opressões

Apesar de o relato acima dar a entender, a princípio, que a reflexão aqui seguirá criticando o poder opressor do Estado, não se trata disso. O Estado não pode ser visto ingenuamente como grande vilão simplesmente, como algo a ser somente criticado pelo o que busca controlar, impedir ou negar. O Estado aqui é entendido a partir das reflexões de Fátima Lima (2014), quando se propõe a trazer para o campo do debate as tensões constitutivas que se situa na relação Estado e política queer, isto é, as formas de reinventar novas possibilidades de existência, exatamente aquilo que o Estado não quer.

Baseada em Michel Foucault, Gilles Deleuze, Pierre Castres e outros autores, ela chama a atenção para essa possibilidade porque, aqui, de uma forma absolutamente simplificada do que a autora desenvolve em seu texto, podemos pontuar: 1) o estado precisa ser compreendido a partir do seu carácter múltiplo, isto é, de suas formas singulares no exercício do poder; 2-) que, apesar disso/e exatamente por isso, há rupturas e escapes que possibilitam novas formas de ser e estar no mundo.

É nesse sentido que essa perspectiva teórica altera o foco de uma exclusiva preocupação com a limitada noção de uma possível “opressão” e “libertação” dos sujeitos, seja pelo Estado ou por outra instituição moderna, para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade e do modo como eles organizam a vida social. Então, o foco teórico-metodológico não é mais para a noção de opressão das diferenças (numa interpretação

estrutural de poder), nem mesmo de somatória de opressões - como muitos setores de diferentes movimentos sociais anunciam, mas para como elas são geradas, reiteradas, disciplinadas, controladas, e também para como escapam e se apresentam de formas disparatadas nas distintas relações de desigualdade.

É nesse sentido que já não cabe mais a crítica contra um Estado opressor, pura e simplesmente. Deve-se o compreendê-lo como produtor também de subjetividades que fogem do seu próprio interesse. Por exemplo, no mesmo evento, em outros momentos, o que foi visibilizado (ainda que com menor tempo para a exposição e sem a presença de autoridade governamental) foram experiências que contrapunham a referida noção aplaudida de “ressocialização perfeita”.

Dentre várias delas, destaco a do Programa Municipal de DST/aids de Campinas (SP), que em dado momento criou, produziu e divulgou, via verbas públicas, materiais educativos em conjunto com diferentes movimentos sociais. Esses processos de trabalho em parceria não só não tomavam os desejos dissidentes (como o de homens que fazem sexo com outros homens, mas não são gays) como a grande ameaça ao enfretamento à epidemia de aids, como também não reificava identidades políticas enquanto fixas ou de forma essencialista (como a de gay e lésbica). Em outras palavras, a valorização da prática, da experiência, e não necessariamente o agenciamento via uma identidade, era a estratégia central da equipe para se utilizar dos desejos em detrimento a uma classificação identitária (DUQUE, 2012).

Militância: problematizando supostas identidades fixas

A problemática das identidades tidas como fixas como estratégia política de reivindicação de reconhecimento via as políticas públicas é um tema caro aos teóricos queers, afinal, “as categorias de identidade fixas são tanto a base da opressão como do poder político” (GAMSON, 2002, p. 143). Isso ficou evidente em, pelos menos, dois processos nos quais pude analisar com ajuda desse referencial teórico-político.

Primeiro, na experiência do deslocamento de estigmas entre as categorias “Gay” e “HSH” (Homens que fazem Sexo com Homens) a partir do discurso preventivo às DST/aids no Brasil quando da criação e implementação do “Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis”. A questão principal foi compreender o porquê de os gays organizados quererem se separar da categoria HSH, sendo que eles são homens que fazem sexo com homens. Via o referencial queer, foi percebido que, ao contrário do que se dizia, isto é, que a separação era para facilitar abordagens específicas de educação em saúde para os diferentes sujeitos sociais, a separação identitária tendeu a manter os HSH fora dos espaços de decisões e poder político, especialmente daqueles de interação dos militantes com os técnicos/gestores do SUS, uma vez que os HSH não teriam representantes nesses fóruns de discussão. Esse processo se deu via à avaliação generalizante de que “os HSH não querem aparecer”, ou, pior, “são culpados pela transmissão do vírus HIV por não assumirem sua identidade gay”.

Portanto, militantes e técnicos/gestores governamentais reproduziam discursos historicamente apontados como responsáveis pela condição de estigma, e, logo, de vulnerabilidade das experiências das homossexualidades masculinas (DUQUE e PELÚCIO, 2010).

Uma suposta falta de interesse ou ausência de “consciência política” em “se assumirem” fortalece as intersecções de dispositivos que aloca os HSH em uma categoria inferiorizada àqueles supostamente empenhados no enfrentamento da epidemia e na busca por direitos: “os gays assumidos, conscientes e responsáveis”. Mas, porque não tomar os “HSH” como possivelmente mais radicais politicamente do que os próprios militantes gays e travestis que têm ocupado espaços de poder e controle social junto à estrutura governamental do enfrentamento da epidemia da aids? Como, por exemplo, os anarco-punks que circulam pela cidade de Campinas e acessam pontualmente algumas atividades de prevenção às DST/aids desenvolvidas pelo Programa Municipal de DST/aids em parceria com movimentos sociais e, em determinados contextos, mantém relacionamento com pessoas do mesmo sexo? Ou ainda aqueles outros homens, não necessariamente gays, que têm acesso a informação, inclusive nas próprias salas de atendimento em unidades de saúdes voltadas a assistência e prevenção às DST/aids, e exercem o direito de não usarem preservativos com outros homens como postura política em relações sexuais consentidas? Porque não agenciá-los pelo desejo e não por uma suposta identidade gay?

A segunda experiência diz respeito à forma como o movimento social LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais) se organizou para participar da I Conferência Nacional LGBT do Brasil (05 a 08 de junho de 2008, Brasília-DF), cujo tema foi: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de LGBT”. O Texto-Base e o Regimento foram os principais documentos que foram analisados sob a ótica queer, e o resultado foi surpreendente.

O Texto Base, entre outras coisas, se refere ao direito das pessoas se apresentarem socialmente com o “seu sentimento de pertencimento a um determinado gênero, independentemente do seu sexo biológico” (BRASIL, 2008b, p. 4). No entanto, este direito é restringido pelo artigo 28 do regimento da própria Conferência Nacional, onde se lê que a delegação a ser eleita para participar da Conferência “deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) (BRASIL, 2008a, p. 65)”. Ora, o fato da única identificação possível, segundo o regimento, ser a da identidade feminina para as “mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis”, reforça o binarismo de gênero ainda com vestígios na diferença sexual, o que contribui para manter a rejeição social relativa às pessoas com experiências que não cabem nestas normas binárias (como homens gays que se declaram como do gênero feminino, ou mesmo como mulheres lésbicas que se veem como pertencentes ao gênero masculino). Isto tende a relegá-las à abjeção, ou seja, à esfera social do estigma, do “menos humano” (BUTLER, 2003).

Mas, o que há por de traz desse essencialismo? Ou, será mesmo que esse tipo de quantificação de delegados seria uma postura anti-identitária, feminista e queer como alguns intencionalmente cogitaram? E, em que esse caso nos ajuda a pensar as tentativas de fixar e essencializar as experiências de gênero dentro do próprio movimento LGBT? A divisão binária dos delegados favoreceu a maior participação na I Conferência Nacional LGBT daqueles pertencentes à categoria político-identitária gay, reivindicação presente no Movimento Social LGBT há tempos, pelo fato destes se anunciarem como sendo a maioria dos militantes no Brasil e, por isso, se verem como injustiçados quando a divisão das vagas era feita “igualmente” entre cinco grupos político-identitário, isto é, 20% para Gays, 20% para Lésbicas, 20% para Bissexuais, 20% Travestis e 20% para Transexuais. Ainda que o Regimento favorecesse a maior participação daqueles “autorizados como femininos” (50 % no mínimo de vagas), a disputa pelas vagas dos “autorizados masculinos” era significativamente menor. Afinal, juntas, as “mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis” (as autorizadas a se declararem como femininas) são em maior número e de organização mais sistematizadas do que homens bissexuais e homens transexuais, os que possivelmente disputaram as vagas com os gays. Logo, os gays foram em maior número para a conferência do que qualquer outra categoria identitária. Assim, o que nos parece é que esta iniciativa tende a legitimar os discursos de parte do Movimento Social LGBT não hegemônico, de que os gays dominam

a arena de disputas e decisões políticas no Brasil em relação a diversidade sexual (DUQUE, 2008).

É nesse sentido que essa militância precisa ser compreendida pelo viés queer, de que, como outras instâncias sociais, reproduzem valores hegemônicos que mantém, em diferentes situações, hierarquias e opressões – no sentido de não facilitar ou priorizar acessos a espaços de deliberação política a grupos tidos como “minoritários” ou ainda mais vulneráveis, como os “HSH” ou aqueles/as dissidentes de gênero para além das categorias fixadas “das autorizados” a se declararem como femininos.

Enfim, pontos de alertas:

Feito essa reflexão, apresento alguns pontos de alerta àqueles/as interessados/as em começar a ler Teoria Queer. Os apresento aqui no sentido de desconstruir críticas que ouvi em diferentes contextos acadêmicos, militantes e/ou governamentais quando me identificavam como alguém que utilizava desse referencial teórico. Essas críticas se visibilizavam de maneira muito interessante: em espaços tidos como sendo de movimento social eu era visto como tendo “ideias muito acadêmicas”, vistas como ameaçadoras às pauta política “dos LGBTs”; em alguns espaços de atividade acadêmica e em espaços de organizações governamentais fui visto como “muito militante” por partir de uma análise situada politicamente nas críticas às identidades.

Muitas coisas mudaram desde o primeiro momento em que tive acesso ao aporte teórico queer. Minhas aproximações ao queer

se deu no início de 2007, quando ingressei no curso de mestrado em Ciências Sociais na UFSCar, sob a orientação do professor Richard Miskolci. De lá para cá, muito se produziu no Brasil, e, sendo assim, quem inicia suas aproximações ao queer hoje já tem acesso a uma produção nacional que eu não tive em um primeiro momento. Essa produção ajuda a desconstruir as críticas que foram mais fortes lá atrás, mas que têm se reproduzido ainda nos dias atuais.

A primeira crítica, e uma das mais comuns, era a de que o queer é contra as identidades, logo, contra os movimentos sociais. O alerta aqui é no sentido de reafirmar o contrário, exatamente pelo fato de o queer poder ser uma nova ferramenta teórica aos movimentos sociais, porque a identidade precisa ser defendida, mas não no sentido da fixidez ou da estratégia via generalizações a-históricas e essencialistas, tampouco no sentido de legitimar expectativas conservadoras em termos de práticas afetivo-sexuais ou até mesmo de construção corporais que impliquem necessariamente na já criticada “ressocialização perfeita”. Como já foi demonstrado nestas páginas, a desconstrução das identidades pode alargar a categoria de humano, o que me parece essencial a qualquer movimento identitário, no sentido mais complexo do termo. Além disso, se tomarmos as discussões apresentadas em relação a forma de composição dos delegados da referida Conferência, verificamos que esse aporte teórico pode, inclusive, servir criticamente para tornar as bases de organização do movimento social, neste acaso, LGBT, ainda mais potente nas transformações que se propõe a colocar em curso, afinal, dentro do próprio movimento poderíamos entender a

necessidade da equidade da participação de expressões identitárias menos visíveis (leia-se neste caso, menos reconhecida socialmente), como a de bissexuais.

Não se trata, portanto, de abandonar as identidades, mas de reivindicá-las em outros termos. Por exemplo, Joshua Gamson, refletindo sobre o queer e o Movimento identitário gay americano afirma que o queer não visa apenas rebelar-se contra a condição marginal, mas desfrutá-la. Em outras palavras, o queer “adota a etiqueta da perversidade e faz uso dela para estacar a ‘norma’ daquilo que é ‘normal’, seja heterossexual ou homossexual” (2002, p. 151). Nesse sentido, em contexto brasileiro, vale a reflexão de Fernando Seffner quando se referiu à importância de uma postura queer, não por luxo, capricho, modismo ou para simplesmente filiar-se a uma nova Teoria do conhecimento:

Faço isso para evitar os para evitar os fascismos da identidade, os fortes mecanismos da exclusão que sempre, e historicamente, acompanharam as lutas identitárias, implicando em discriminação praticada por quem até ontem era discriminado, implicando binarismos e eleição de modos mais ou menos adequados de se viver que atiraram para a margem as experimentações (2011 p.73-74).

O autor assim se posicionou quando em defesa das novas experimentações que podem estar sendo impedidas de acontecer por determinados tipos de reivindicação de direitos, que fazem com que muitos militantes LGBT (ou LGBT não militantes) queiram se sair

“bem na foto”, isto é, parecer “arrumadinho” para ser merecedor de direitos:

Conquistar direitos pode ser, em parte, ajustar-se à sociedade. Servir ao exército implica reconhecer que achamos legítima a necessidade de exércitos e implicitamente de guerras; casar pode estar levando a reificar esta forma de relação, no sentido de mostrar que é a única ou a melhor possível para se viver afetos e sexo; adotar filhos e constituir família pode levar a pensar que esses agrupamentos são de maior qualidade do que viver o sexo de modo livre (Idem, p. 60).

Assim, a Teoria Queer busca apontar e compreender os sujeitos em conflito com a ordem vigente, especialmente a que envolvem as expectativas de gênero e sexualidade. O seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (MISKOLCI e PELÚCIO, 2006).

Outro alerta é para estranhar os/as defensores/as de que, por ser algo vindo de fora, isto é, dos EUA, a perspectiva queer não serviria para as nossas análises mais locais. Há uma diversificada produção acadêmica que comprova o quanto isso não é verdade, mas o que mais me parece favorecer a crítica a esse posicionamento simplista, ingênuo e equivocado é que, a própria Ciência produzida no Brasil, e em diversos outros países, estará em risco de não ser legítima, afinal, sempre (por questões da própria história das

Ciências – não poderia ser diferente) recorremos a autores que não são locais e que vieram antes de nós. O ponto chave é a forma como fazemos isso, e em que as nossas escolhas teóricas implicam, sejam elas querer ou não. Um ótimo exemplo de o quanto há uma produção queer no Brasil bastante crítica a uma simples assimilação e reprodução de autores mais consolidados no campo queer internacional é o texto de Pedro Paulo Gomes Pereira (2012) intitulado “Queer nos trópicos”. O autor aponta que só entramos num círculo que induz à eterna repetição (periférica) de teorias (centrais) se as tomamos de maneira dissociada das realidades locais. Ele faz um exercício complexo, mas de maneira bastante didática, exemplificando a crítica acima a partir da reflexão sobre agência e corpos queers levando em consideração os casos de travestis adeptas das religiões afro-brasileiras de Santa Maria (RS).

Um terceiro alerta seria sobre o fato de muitos acreditarem que o desejo não pode ser agenciador de processos de educação em saúde ou da própria mobilização política. Primeiramente, para desconstruir essa crítica, é preciso compreender o desejo como nunca separável de “agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc.” (DELEUZE e GUATARRI, 1996, p. 93). Em outras palavras, “O desejo é o sistema dos signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes em um campo social.” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 94-95).

Parte das críticas que esta proposta – de olharmos mais para os “fluxos desejantes” e menos para as identidades – têm sofrido vem da concepção de que identidades são mais inteligíveis do que desejos, ou que se agrega e se torna compreensível mais pela identidade do que via o desejo, ou ainda, que não é possível construir políticas públicas sem identidades fixas e generalizadas, que estas seriam estrategicamente necessárias porque os desejos são mais fluidos e instáveis do que o que temos tomado como identidades. Mas, esse lugar supostamente seguro, essa fixidez estratégica, a dimensão agregadora de identificação das identidades inteligíveis não é fruto dos mesmos processos culturais normativos que nos faz conceituar o desejo com características inversas a estas? De uma forma ou de outra, corriqueiramente o que se chama, por exemplo, de identidade “gay”, “lésbica” e “bissexual” não é reiterado sempre fixando e identificando os desejos por este, aquele ou ambos os sexos? Então a proposta é fixar os desejos? Torná-los tão supostamente compreensíveis e aglutinadores como temos tentado fazer com as identidades? Seria uma pura substituição de termos? Evidentemente, o que proponho não é fixar o desejo, transformá-lo em identidade ou concebê-lo de forma estrategicamente generalizante. Tampouco é tomá-lo como mais revolucionário ou menos engendrado de normas e convenções conservadoras do que a própria identidade, basta ver o casal aplaudido no final da apresentação sobre as transformações corporais de parte das pessoas transexuais que citei no início deste texto. O desafio é não encapsular novas experiências do desejo através de nomeações (via a fórmula

das políticas da identidade) para pensarmos a mobilização política e a luta por reconhecimento, e as próprias discussões sobre prevenção às DST/aids discutidas aqui a partir do processos dos gay terem deixado de ser, em termos identitários, HSH. É necessário valorizar os “fluxos desejantes”, sem necessariamente abandonar a questão da identidade, mas buscando problematizá-la via esta noção de desejo.

Ouvi também que os pesquisadores interessados em produzir análises teóricas ou de estudos de casos, ou mesmo de resultado de pesquisas envolvendo trabalho de campo e políticas públicas, não deveriam utilizar-se dessa teoria, por ela não ser a mais adequada para o diálogo com os setores governamentais; por não ter o devido reconhecimento desses setores por ser crítica às ações do Estado. Comprovadamente, até pelo Estado ser múltiplo, e constituído por diferentes brechas, como discutido anteriormente, isso é uma inverdade. O texto citado nesse artigo contendo as análises do Texto Base e do Regimento da I Conferência Nacional LGBT foi premiado com Menção Honrosa no 4º Concurso Construindo a Igualdade de Gênero, que foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Também com análise fundamentada na Teoria Queer, a minha dissertação de mestrado, que discute a experiências de travestis adolescentes, foi possível ser publicada em formato de livro via a seleção e premiação

no Concurso de apoio a projetos de promoção das manifestações culturais com temática LGBT no Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura (DUQUE, 2011). Assim, cito esses prêmios no sentido de alertar e contrapor a ideia de que não haveria “entrada” ou diálogo possível das reflexões queer junto ao Estado. Tomo-os aqui como um pequeno sinal de que muito ainda se pode conquistar e alcançar, o que não podemos é de antemão não tentar.

Há ainda aqueles/as que apontam para uma suposta reprodução desnecessária por parte dos autores queers de uma crítica que já se faz presente em outros teóricos das Ciências Sociais. Dito de outro modo, como se o que o queer propõe não fosse nada inovador, afinal, via outros autores se chegaria às mesmas análises. Se isso pudesse ser tomado como verdade, isto é, que, baseados em não queers, se chegaria à mesma crítica social, há de se questionar o motivo pelo qual então isso não foi feito antes. Não estou afirmando, evidentemente, de que a única crítica possível é a de viés queer. Mas, o que não podemos desconsiderar é que as reflexões queers trouxeram novas análises e de diferentes efeitos ao campo da teoria social, aqui, e fora do Brasil. Assim, não se trata de reproduzir a ideia de que se tem pesquisadores identitários de um lado e anti-identitários/queers de outro, respectivamente, “amigos” e “inimigos” do movimento LGBT, mas de pensar o porque da resistências e do não reconhecimento da Teoria Queer como, entre outras, tendo uma importante contribuição para a área das ciências humanas e, claro, também para pensar militância e Estado.

A polêmica posta nos termos da suposta divisão entre “identitários” e “queers” parece ser apenas um sintoma da resistência do Movimento LGBT e de certos pesquisadores militantes à criação de um diálogo mais crítico com o Estado, ao estabelecimento de uma crítica também às pressões conformistas com o mercado e certa desconfiança com a universidade por ela ser hoje uma “competidora” pela representação política ou de demanda em uma agenda pública, o que historicamente já foi diferente (MISKOLCI, 2011).

Por tudo o que foi apontado e refletido aqui, identifico a Teoria Queer como uma puta teoria. O adjetivo “puta” aqui é pensando a partir dos seus usos múltiplos, isto é, tanto como uma teoria importante e considerável, como também imoral e disparatada para aqueles/as que se identificam com a ideia de “ressocialização perfeita” da imagem que citei no início deste texto, ou com uma ideia nada ingênua de que identidade fixa e estável ainda faz todo o sentido para pensar militância e políticas públicas, ou, ainda, que, do ponto de vista acadêmico-científico, ela não traz grandes novidades. Os/as autores citados/as aqui já mostram, assim como os/as novos/as leitores/as e estudantes dessa perspectiva teórica seguirão mostrando, o quanto ela faz todo o sentido para pensarmos temas importantes, como corpo, Estado e militância; ainda mais em tempos de conservadorismos exacerbados e interesses opressivos por manutenção de poderes sustentados por normas e convenções que precisam, com urgência, serem criticadas, desconstruídas e transformadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travesti e, Transexuais. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2008a. pp. 59-68.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2008b.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. 2º Ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

_____ e GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3, p. 83-115.

DUQUE, Tiago. *Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBTs no Brasil contemporâneo. 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, Brasília, 2008.

_____. *Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids*. In: *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia / Larissa Pelúcio ... [et al.] (organizadores)*. - Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 132-150. Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>> Acessado em 24 de jun. 2014.

_____ e PELÚCIO, Larissa. Homossexualidades, estigmas e o discurso preventivo às DST/aids no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens. In: Grupo de Trabalho: homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9*, 2010, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278094259_ARQUIVO_ST47-Duque_Pelucio-Gays.HSH.pdf> Acessado em 29 de jul. de 2014.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icària editorial, 2002, pp. 141-172.

LIMA, Fátima. É possível um ESTADO* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea In: *Revista Periódicus* v.1, n.1, mai-out 2014, pp. 191-205. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10155/7259>> Acessado em 3 de Ago. 2014.

MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea” In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 37-56. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf> Acessado em 21 de jul. 2014.

_____ e PELÚCIO, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. In: *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006. pp. 255-267. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>> Acessado em 1 de jul. 2014.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves Monteiro. *Os dilemas do humano: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica*. São Paulo: Annablume, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? In: *Revista Periódicus*, v.1, n.1, mai-out 2014, pp. 68-91. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>> Acessado em 20 de jul. 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer nos trópicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 371-394. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>> Acessado em 11 de jul. 2014.

SEFFNER, Fernando. “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT”. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. pp 57-79. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf> Acessado em 21 de jul. 2014.